

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO
MESTRADO EM CONTABILIDADE, FISCALIDADE E
FINANÇAS EMPRESARIAIS

RELATÓRIO DE ESTÁGIO

Protir – Consultoria de Gestão, Lda.

**O Novo Normativo de Contabilidade em Portugal – Sistema de
Normalização Contabilística (SNC)**

VÂNIA RUTE SALVADO MARTINS

Orientador ISEG: Doutora Rita da Conceição Cardoso Martins de Sousa

Orientador Protir: Dr. Nuno Filipe Infante Mesquita Dias

Júri:

Presidente: Doutor Eduardo Barbosa do Couto

Vogais: Doutora Cristina Belmira Gaio Martins da Silva

Doutora Rita da Conceição Cardoso Martins de Sousa

Dr. Nuno Filipe Infante Mesquita Dias

Lisboa, Maio de 2012

Resumo

A emissão do Regulamento (CE) n.º 1606/ 2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, constituiu um dos maiores esforços na procura da convergência contabilística a nível internacional. Este Regulamento tornou obrigatória, a partir de 1 de Janeiro de 2005, a aplicação das normas internacionais de contabilidade (IAS/IFRS) na elaboração das contas consolidadas das empresas cotadas em bolsa, facultando aos Estados-Membros a escolha do modelo contabilístico a utilizar para os restantes casos. A resposta de Portugal ocorreu em Julho de 2009 com a publicação do Decreto - Lei n.º 158/2009, que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), revogando o Plano Oficial de Contas (POC) e legislação complementar. Com o presente trabalho pretende-se analisar o processo de transição do POC para o SNC, identificando as principais alterações ocorridas nos itens das demonstrações financeiras (balanço e demonstração de resultados) das empresas clientes da Protir, nomeadamente das microentidades e das pequenas entidades. Os resultados deste estudo indicam que os ajustamentos de transição realizados foram sua maioria reclassificações, pelo que o impacto na posição financeira e no desempenho financeiro das empresas estudadas foi nulo ou muito reduzido.

Palavras-chave: Harmonização contabilística, IAS/IFRS, SNC, processo de transição, microentidades, pequenas entidades

Abstract

The issue of the Regulation (EC) n.º1606/ 2002 by the European Parliament and the Council on July, 19th was one of the greatest efforts in the search of the international accounting convergence. Since January 1st 2005, the application of the international accounting standards (IAS/IFRS) in preparing the consolidated accounts of the companies listed in the stock market became mandatory, however, the member states can choose the accounting model to be used in the rest of the companies. In July of 2009, Portugal joined the other member states with the publication of the Decree-Law n. 158/2009, which approved the SNC (System Accounting Standards) and revoked the POC (Official Plan of Accounts) and the additional legislation. The present project aims to analyze the transition from POC to SNC by identifying the main changes held in the items of the financial statements (balance sheet and income statement) on several micro companies and small companies, which are Protir customers. The results of this review indicate that were mostly done reclassifications, so the impact on the financial position and performance was zero or very low.

Keywords: Accounting Harmonization, IAS/IFRS, SNC, transition process, micro companies, small companies

Agradecimentos

A realização deste Relatório teve o incentivo e colaboração de várias pessoas, às quais quero aqui expressar os meus sinceros agradecimentos.

À Professora Doutora Rita Martins de Sousa por ter aceite orientar este Relatório e pela disponibilidade e empenho que sempre demonstrou ter durante o período de realização deste trabalho.

Ao Dr. Nuno Dias, orientador por parte da Protir – Consultoria de Gestão, Lda., pela possibilidade de realizar o estágio curricular e pelo acompanhamento dado durante este tempo.

Aos meus familiares e amigos pelo apoio e incentivo.

E especialmente, aos meus pais, ao meu irmão e ao Filipe, por todo o apoio, paciência e motivação que me transmitiram ao longo destes anos de dedicação e esforço.

A todos, muito obrigado!

Índice

Resumo	i
Abstract.....	ii
Agradecimentos	iii
Índice	iv
Lista de gráficos e quadros	vi
Introdução	1
Capítulo 1 – Caracterização da empresa.....	3
1.1 Breve descrição da empresa	3
1.2 Evolução do volume de negócios e carteira de clientes	5
Capítulo 2 – Enquadramento do estágio.....	7
2.1 Departamento financeiro	7
2.2 Departamento de consultoria	8
2.3 Departamento de recursos humanos	12
Capítulo 3 – Revisão de literatura	14
3.1 Necessidade de harmonização contabilística.....	14
3.1.1 Harmonização contabilística a nível internacional	14
3.1.2 Harmonização contabilística em Portugal	17
3.2 Impacto da adopção das IFRS	18
3.2.1 O caso específico de Portugal.....	23
Capítulo 4 – O sistema de normalização contabilística (SNC)	25

4.1 Caracterização do SNC.....	25
4.2 Processo de transição do POC para o SNC	31
4.3 Impacto da aplicação das NCRF	33
Capítulo 5 – Estudo empírico	36
5.1 Objectivo do estudo	36
5.2 Caracterização da amostra	36
5.3 Alterações ocorridas nos itens de balanço	37
5.3.1 Itens reclassificados	39
5.3.2 Itens não reconhecidos.....	41
5.4 Alterações ocorridas nos itens da demonstração de resultados	43
Conclusão	45
Bibliografia.....	48

Lista de gráficos e quadros

Gráfico 1 – Evolução do volume de negócios

Gráfico 2 – Carteira de clientes por sector de actividade

Gráfico 3 – Constituição da carteira de clientes

Gráfico 4 – Procedimentos de transição (global)

Gráfico 5 – Procedimentos de transição (ME e PE)

Quadro 1 – Adopção de nova terminologia

Quadro 2 – Reclassificações (ME e PE)

Introdução

Nas últimas décadas tem-se assistido ao surgimento e desenvolvimento de empresas multinacionais, ao crescimento dos mercados financeiros internacionais e à mudança do comportamento dos investidores, o que levou a um aumento da actividade económica entre empresas e países. No entanto, o facto de cada país aplicar diferentes práticas contabilísticas dificulta a interpretação, compreensão e comparabilidade da informação financeira a nível internacional.

Torna-se assim crucial a existência de um conjunto de normas contabilísticas aceites mundialmente, de forma a melhorar a utilidade da informação financeira no contexto universal e promover a harmonização contabilística. O *International Accounting Standards Boards* (IASB) e a União Europeia (UE) têm realizado esforços nesse sentido, tendo em vista alcançar a globalização da contabilidade.

Portugal também esteve atento a esta realidade, decidindo aproximar o seu sistema contabilístico ao normativo internacional, criando para esse efeito o Sistema de Normalização Contabilístico (SNC), que contém um conjunto de normas de contabilidade que tiveram como referência as normas internacionais do IASB.

O presente relatório de estágio constitui o trabalho final exigido para efeitos da conclusão do Mestrado em Contabilidade, Fiscalidade e Finanças Empresariais, do Instituto Superior de Economia e Gestão, tendo como fim a obtenção do grau de Mestre. Na base deste trabalho está a realização de um estágio curricular na empresa Protir – Consultoria de Gestão, Lda., que teve início a 1 de Setembro de 2009 e término a 28 de Fevereiro de 2010. Nestes seis meses de experiência laboral, tive a oportunidade de aplicar conhecimentos apreendidos ao longo da frequência académica, tanto ao nível do

Mestrado como da Licenciatura em Gestão. As cadeiras da área financeira assumiram grande relevância no decorrer do estágio, uma vez que as tarefas desempenhadas centraram-se sobretudo nesta vertente.

O trabalho desenvolvido teve como base o processo de transição do Plano Oficial de Contas (POC) para o SNC, que entrou em vigor a 1 de Janeiro de 2010, tendo como objectivo a identificação e análise das principais alterações ocorridas nos itens do activo, passivo, capital próprio, rendimentos e gastos da carteira de clientes da Protir, em particular das microentidades e das pequenas entidades.

Nas empresas estudadas, a aplicação da NC-ME e da NCRF-PE exigiu sobretudo a necessidade de realizar procedimentos de reclassificação, tanto no balanço como na demonstração de resultados, não existindo por isso variações significativas na posição financeira e no desempenho financeiros das respectivas entidades. Contudo, através dos resultados obtidos pode-se concluir que as principais mudanças ocorreram no activo, capital próprio e resultado operacional.

Após esta introdução, o presente trabalho encontra-se estruturado em 4 capítulos adicionais. Nos capítulos 1 e 2 será feita uma breve caracterização da empresa e o enquadramento do estágio, respectivamente. O capítulo 3 refere-se à revisão de literatura. A caracterização do SNC e os procedimentos de transição do POC para o novo normativo português são apresentados no capítulo 4. No capítulo 5 é desenvolvido o objectivo do trabalho e apresentados os resultados obtidos. Por último, são mencionadas as conclusões.

Capítulo 1 – Caracterização da empresa

1.1 Breve descrição da empresa

A Protir iniciou a sua actividade no ano de 1997, actuando fundamentalmente nos ramos de contabilidade e consultoria de gestão, de forma a apoiar as Pequenas e Médias Empresas em diversos aspectos económicos - financeiros. Em termos estratégicos pode subdividir-se a actividade desenvolvida pela empresa em três áreas distintas, mas que se complementam entre si: (1) criação, (2) administração e (3) desenvolvimento de empresas.

Na **criação de empresas**, existe um conjunto de procedimentos a ter em consideração, para aferir a viabilidade de um determinado projecto/negócio, consistindo o primeiro passo na realização de estudos financeiros e de mercado. Seguidamente, procura-se apoiar os futuros empresários na obtenção de conhecimentos que lhes permitam desenvolver os seus negócios e superar as dificuldades com que se vão deparando. Deste modo, para dar resposta a estas questões são realizadas acções de formação de contabilidade e finanças para as empresas que se estão a constituir. Este é sem dúvida um factor que diferencia a Protir da sua concorrência mais directa, uma vez que são poucas as empresas de contabilidade que desenvolvem este tipo de iniciativas. Outro dos aspectos relevantes é a verificação dos programas de apoio existentes, para analisar se existe possibilidade de enquadrar o negócio num determinado tipo de apoio. Pode-se constatar que existe um acompanhamento contínuo durante todo o processo de constituição da empresa.

Depois de uma empresa estar em condições de operar no mercado, é necessário tratar da **administração** da mesma. Nesta fase, a Protir apoia os empresários em vários domínios, tais como, organização contabilística e fiscal, gestão administrativa do

pessoal e gestão orçamental. A vertente contabilística consiste essencialmente, na recolha, organização e lançamento dos documentos contabilísticos, elaboração de mapas de amortizações, reconciliação bancária das contas da empresa, apuramento do IVA e entrega das respectivas declarações e ainda o cumprimento das restantes obrigações legais e fiscais (entrega da Modelo 22, da IES). Na gestão de recursos humanos, as principais tarefas passam pelo processamento dos vencimentos dos colaboradores das empresas clientes, efectuar comunicações à Segurança Social (admissões e demissões de colaboradores) e à Autoridade para as Condições de Trabalho (admissões e demissões de colaboradores estrangeiros), preparar e entregar as declarações de remunerações na Segurança Social e as declarações de retenções de IRS (referente à categoria A - trabalhadores dependentes). Por fim, a gestão orçamental resulta na análise periódica das diversas organizações, apoio na elaboração do orçamento anual e verificação dos desvios orçamentais.

Num mundo cada vez mais globalizado, o **desenvolvimento** das empresas é crucial para o seu crescimento e sobrevivência no tecido empresarial. A inovação e diversificação são características que devem estar sempre presentes, nomeadamente através da existência de novos produtos/serviços ou de novos segmentos de mercado em que actuam. A Protir está atenta a esta realidade, desenvolvendo um conjunto de serviços, nomeadamente:

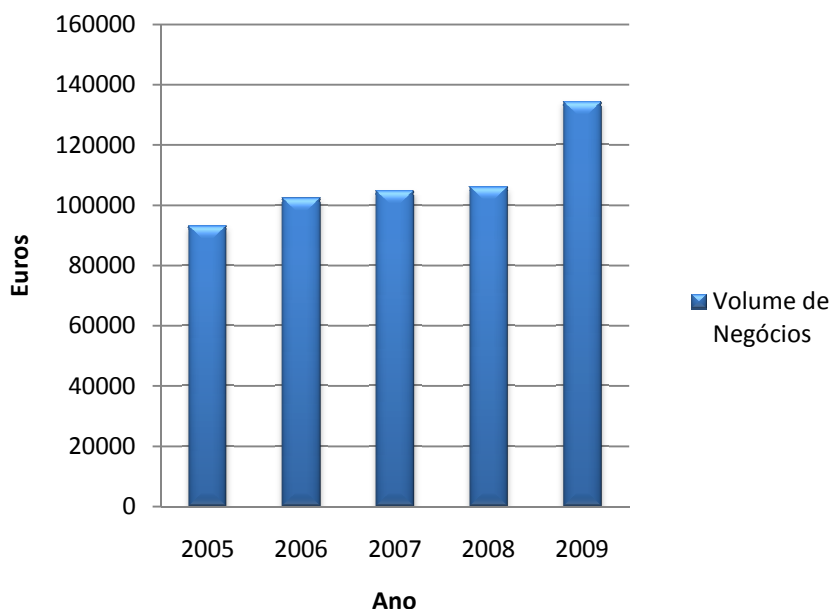
- Enquadramento e preparação de candidaturas de Projectos de Investimento a apoios nacionais e/ou comunitários;
- Elaboração e Gestão de Candidaturas ao Programa Operacional Potencial Humano (POPH);
- Avaliação de empresas;

- Viabilização e recuperação de empresas em dificuldades económico-financeiras.

1.2 Evolução do volume de negócios e carteira de clientes

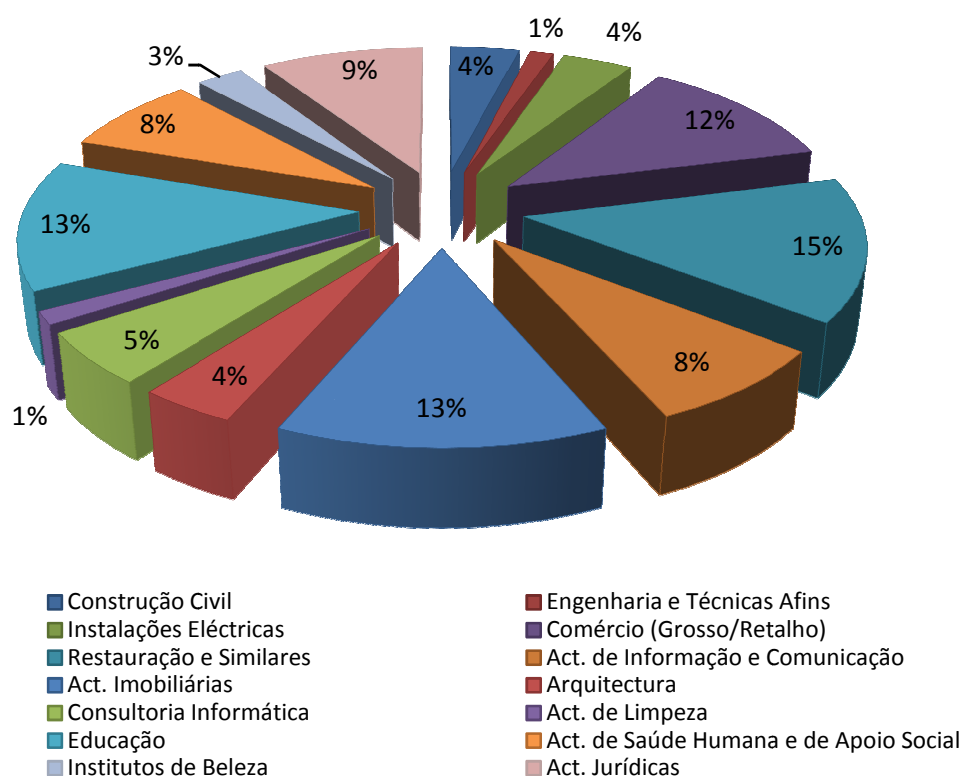
Como se pode observar pelo gráfico 1 (evolução do volume de negócios), a Protir tem vindo a aumentar o seu volume de negócios nos últimos 5 anos. A prestação de serviços de contabilidade contribuiu de forma bastante significativa para o desenvolvimento e crescimento da empresa, representando actualmente cerca de 80% do volume de negócios. O objectivo da Protir baseia-se na prestação de serviços de qualidade, tendo como principal preocupação a satisfação dos seus clientes e a procura constante em exceder expectativas.

Gráfico 1 – Evolução do volume de negócios



Relativamente à carteira de clientes, apresenta-se muito diversificada, tendo evoluído positivamente nos últimos anos. Através do gráfico 2 constata-se que a Restauração (15% do total), a Educação e a Actividade Imobiliária (ambas representando 13% do total), são os sectores de negócios mais expressivos.

Gráfico2 – Carteira de clientes por sector de actividade



Capítulo 2 – Enquadramento do estágio

O estágio realizado na Protir teve a duração de seis meses, período dedicado ao desempenho de diversas actividades, que serão desenvolvidas ao longo do presente capítulo. A fase inicial consistiu na apresentação da estrutura organizacional da empresa, que se subdivide em 3 departamentos distintos, mas que se complementam entre si, nomeadamente, o financeiro, o de consultoria e o de recursos humanos.

2.1 Departamento financeiro

Na área financeira, uma das primeiras tarefas que desenvolvi foi a organização e verificação dos dossiês de contabilidade (dos anos de 2007 e 2008) para serem devolvidos aos clientes. Há diversos aspectos a ter em consideração, nomeadamente, averiguar se: (1) não existem documentos por lançar, (2) todos os documentos têm número de lançamento, (3) o número de lançamento é sequencial, ou seja, não existem falhas ou lançamentos em branco. Posteriormente é necessário verificar, através do software de contabilidade, se o número de documentos é sequencial, ou por outras palavras, se todos os documentos foram lançados e não existem lançamentos em aberto. O programa de contabilidade que a Protir utiliza é o *Primavera Professional*, que além do módulo de contabilidade, tem também os módulos de recursos humanos, tesouraria, vendas, declarações fiscais e oficiais e tabelas (onde são efectuadas as parametrizações).

Numa fase seguinte, realizei o trabalho de contabilidade propriamente dito, ou seja, organização, classificação e lançamento de documentos contabilísticos, reconciliação bancária das contas da empresa e também apuramento do IVA. O *Primavera* dispõe de diários (onde são lançados todos os documentos contabilísticos) pré-definidos que

podem ser alterados mediante as necessidades específicas de cada entidade. A maioria das empresas clientes utiliza os mesmos diários, sendo normalmente os seguintes:

- Diário 10 – Caixa (recebimentos e pagamentos feitos por caixa)
- Diário 33 – Bancos (recebimentos e pagamentos feitos por bancos)
- Diário 51 – Vendas (lançada a facturação da empresa)
- Diário 60 – Operações Diversas (onde são lançados os restantes gastos e rendimentos)
- Diário 61 – Salários (onde são lançados os gastos com o pessoal)
- Diário 71 – Regularizações Anuais (CMVMC e amortizações)
- Diário 72 – Apuramento de Resultados

Ao efectuar estas funções tive oportunidade de por em prática os conhecimentos apreendidos nas cadeiras de Contabilidade leccionadas na Licenciatura em Gestão e no Mestrado, sendo também um importante contributo para a minha formação.

O ano de 2010 ficou marcado pela entrada em vigor de um novo referencial contabilístico em Portugal, o SNC. Neste sentido, considero importante analisar as principais características deste normativo bem como o impacto da sua adopção nos itens das demonstrações financeiras (balanço e demonstração de resultados) da carteira de clientes da Protir. Esta temática constitui o objecto de estudo do presente Relatório, sendo abordada pormenorizadamente nos capítulos 4 e 5.

2.2 Departamento de consultoria

Conforme referido no capítulo anterior, o sector da Educação (nomeadamente colégios pertencentes a Congregações Religiosas) assume uma percentagem bastante significativa na carteira de clientes da Protir. Tendo em consideração que esta é uma

área de negócio muito competitiva, é importante avaliar o meio envolvente. Neste sentido, o primeiro trabalho que desenvolvi foi a elaboração de um estudo de mercado sobre três novos colégios religiosos que poderiam ser considerados concorrentes directos. Este estudo abordou diversos factores, tais como, localização, tipo de infra-estruturas, áreas de formação (educação pré-escolar, 1º, 2º e 3º Ciclos), capacidade de ocupação, espaços interiores e exteriores, actividades extra-curriculares e tabela de preços. Foi também feita uma análise da evolução demográfica em Lisboa e Vale do Tejo, de forma a conhecer o número de crianças nascidas nesta região nos últimos 15 anos.

A cadeira de Marketing leccionada na Licenciatura em Gestão foi um instrumento de apoio, uma vez que consegui reter os principais pontos a abordar no estudo. Posteriormente, realizei uma apresentação em PowerPoint com as principais conclusões, que foi apresentada pelo Director da Protir ao respectivo cliente.

Ainda na área de consultoria, tive a oportunidade de elaborar algumas brochuras sobre os diversos sistemas de incentivos existentes (programas e fundos nacionais/comunitários), sendo o objectivo fulcral averiguar se algum dos clientes da Protir pode usufruir deste tipo de apoio. Os principais conteúdos referidos nestas brochuras prendem-se com: finalidade do apoio, beneficiários, condições gerais de acesso, operações elegíveis e não elegíveis, natureza e montante do incentivo, prazo de vigência, sociedades gestoras (que disponibilizam o respectivo apoio), critérios de selecção e ainda informação relativa ao processo de candidatura.

Neste âmbito, um dos temas abordados foi ao nível da execução de pedidos de financiamento enquadrados no Programa de Estímulo a Oferta de Emprego (PEOE), cuja modalidade de apoio concretizava-se nas Iniciativas Locais de Emprego (ILE). O apoio financeiro solicitado baseava-se na criação de postos de trabalho (para jovens à

procura do 1º emprego ou desempregados) e na realização de investimento (em activos fixos tangíveis e intangíveis) na iniciativa local de emprego. A tarefa que desempenhei consistiu no preenchimento dos formulários referentes aos Pedidos de Reembolso. Estes incluem a caracterização dos postos de trabalho apoiados, a listagem do investimento realizado e pago, e ainda o quadro resumo dos montantes pedidos e recebidos do apoio ao investimento aprovado.

Outro dos trabalhos realizados foi ao nível da gestão de candidaturas ao Programa Operacional Potencial Humano (POPH). “O POPH constitui um dos maiores programas operacionais de sempre, concentrando perto de 8,8 mil milhões de euros de investimento público, dos quais 6,1 mil milhões são comparticipação do Fundo Social Europeu. No Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) esta dotação representa 37% dos apoios estruturais” (citação do Gestor do Programa, site POPH). Este programa baseia-se fundamentalmente na promoção das qualificações da população portuguesa e no reforço da coesão social. Para concretizar estas prioridades existem tipologias de intervenção distribuídas por dez eixos, nomeadamente:

1. Qualificação Inicial
2. Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida
3. Gestão e Aperfeiçoamento Profissional
4. Formação Avançada
5. Apoio ao Empreendedorismo e à Transição para a Vida Activa
6. Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social
7. Igualdade de Género
8. Algarve
9. Lisboa
10. Assistência Técnica

As tranches que serão recebidas no âmbito deste tipo de financiamento para a realização das acções dependem da entrega dos formulários de pedidos de reembolso bimestrais e intermédios (realizado no fim de cada ano) e de pedidos de saldo final (realizado quando uma acção/formação termina). São elegíveis as despesas relacionadas com (1) encargos com formandos (bolsas de formação, alimentação, acolhimento, alojamento), (2) encargos com formadores, (3) encargos com outro pessoal afecto ao projecto, (4) rendas, alugueres e amortizações, (5) encargos directos com a preparação, desenvolvimento, acompanhamento e avaliação, (6) encargos gerais do projecto, (7) encargos com a promoção e coordenação da CIF e (8) despesas com a transnacionalidade. Estes pedidos são submetidos via on-line, através do Sistema Integrado de Informação do Fundo Social Europeu (SIIFSE) que contém toda a informação (organizada por eixo prioritário, tipologia e região) referente às acções que uma determinada empresa/entidade formadora está a realizar.

Tendo em consideração que um dos maiores clientes da Protir tem como actividade a formação profissional (financiada no âmbito do POPH), durante o período de estágio tive oportunidade de submeter alguns pedidos de reembolso. As principais áreas de formação deste cliente são os Cursos de Educação e Formação de Jovens (Eixo Prioritário 1, tipologia 1.3), os Cursos de Educação e Formação de Adultos (Eixo Prioritário 2, tipologia 2.2) e também as Formações Modulares Certificadas (Eixo Prioritário 2, tipologia 2.3). Quanto aos primeiros dois cursos, o período de formação é mais longo (entre 1800 e 2000 horas), enquanto os Modulares têm apenas uma duração de 25 ou 50 horas.

Conforme mencionado a gestão dos pedidos faz-se através do SIIFSE, existindo duas partes distintas, a execução financeira e a execução física. A execução financeira passa pela elaboração periódica de listagens de todas as despesas pagas por rubrica (por

exemplo, rubrica 1 – encargos com formandos) e onde consta o número de conta da contabilidade, o número de lançamento, o tipo, número e data dos documentos de despesas e de pagamento, número de contribuinte e nome do fornecedor, descrição da despesa, valor do documento e valor imputado ao reembolso. Relativamente à execução física contém informação sobre as acções que estão a decorrer, nomeadamente a caracterização da acção, a listagem dos formadores e também os mapas de turma, que incluem as horas de formação assistidas por cada formando. Neste sentido, sempre que se efectua um pedido (bimestral, intermédio ou de saldo final) é necessário criar as novas acções ou turmas (caso se aplique) e actualizar as horas de formação dos formandos e dos formadores. O montante de financiamento é atribuído em função do volume de formação, o que significa que é importante que os formandos não falem para que a entidade formadora seja reembolsada pela totalidade das despesas apresentadas.

2.3 Departamento de recursos humanos

Outro dos trabalhos que realizei foi na vertente dos recursos humanos, sendo necessário obter formação tanto ao nível do Código do Trabalho (Lei 7/2009 de 12 de Fevereiro) como do Código Contributivo da Segurança Social (Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro, alterada pela Lei n.º 119/2009, de 30 de Dezembro e pela Lei n.º 55-A, de 31 de Dezembro). Neste âmbito, tive oportunidade de desempenhar diversas tarefas, tais como:

- Processamento dos vencimentos a pagar aos colaboradores das empresas clientes;
- Criação, manutenção e actualização do cadastro do pessoal;
- Elaboração de contratos de trabalho;

- Comunicações à Segurança Social (de admissões e demissões de trabalhadores) e à Autoridade das Condições do Trabalho (de admissões de trabalhadores estrangeiros, da existência de acordos de isenção de horário de trabalho);
- Preparar e entregar as declarações de remunerações na Segurança Social e na Caixa Geral de Aposentações;
- Declarações de rendimentos dos trabalhadores dependentes (categoria A);
- Candidaturas às medidas de apoio ao emprego e à contratação;
- Gestão administrativa de Estágios Profissionais;
- Quadros de Pessoal (actualmente substituído pelo Relatório Único).

Capítulo 3 – Revisão de literatura

3.1 Necessidade de harmonização contabilística

Com a economia cada vez mais globalizada, a heterogeneidade de normas contabilísticas constitui um entrave à comparabilidade da informação contabilística a nível internacional. As causas para esta diversidade assentam sobretudo nos sistemas políticos e jurídico-legais existentes em cada país, nas práticas de obtenção de financiamentos e também na relação entre a contabilidade e a fiscalidade.

Nobes e Parka (1998) classificaram dois tipos de sistemas contabilísticos, o Anglo-Saxónico e o Continental. No primeiro englobam-se os países do chamado direito inglês (são exemplos os Estados Unidos da América e o Reino Unido), em que a contabilidade é orientada para os investidores, o nível de divulgação da informação é elevado e a influência da fiscalidade na contabilidade é mínima. Por outro lado, no modelo Continental inserem-se os países do direito romano (por exemplo, Portugal e França), em que a contabilidade é orientada para os credores, existe um reduzido nível de divulgação da informação e onde a fiscalidade influencia a contabilidade.

3.1.1 Harmonização contabilística a nível internacional

Para que os mercados financeiros funcionem da melhor forma torna-se evidente a necessidade de harmonização contabilística, permitindo que exista maior confiança na qualidade da informação contabilística (nomeadamente por parte dos investidores). O primeiro passo consistiu na constituição, em 29 de Junho de 1973, do *International Accounting Standards Committee* (IASC), que resultou do acordo entre os órgãos reguladores da contabilidade na Austrália, Canadá, França, Alemanha, Japão, México, Holanda, Reino Unido, Estados Unidos da América e Irlanda. Os objectivos do IASC

são, (1) conceber e publicar normas de contabilidade, denominadas *International Accounting Standards* (IAS), (2) promover a aceitação das IAS a nível mundial e (3) contribuir para a harmonização contabilística. Em 1997, foi criado o *Standing Interpretations Committee* (SIC), com a finalidade de emitir interpretações das normas.

No ano 2001, houve uma reestruturação, com o intuito de realçar a importância do relato financeiro e não só o tratamento de aspectos contabilísticos. Neste sentido, o IASC deu lugar ao IASB, as novas normas a serem emitidas passaram a chamar-se *International Financial Reporting Standards* (IFRS) e as novas interpretações denominadas *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC). Até ao momento foram emitidas 41 IAS, 9 IFRS, 33 SIC e 19 IFRIC.

O *International Organization of Securities Commissions* (IOSCO) e o *Securities and Exchange Commission* (SEC), enquanto organismos reguladores das comissões de valores mobiliários, realçaram a necessidade de uma colaboração conjunta entre o *Financial Accounting Standards Boards* (FASB) e o IASB tendo em vista a convergência das práticas contabilísticas no âmbito internacional.

Em relação à contabilidade, as Directivas Comunitárias emitidas pela UE eram muito genéricas, permitindo que cada Estado-Membro realizasse a aplicação como pretendia, pondo em causa o objectivo da comparabilidade e consequentemente da harmonização contabilística. Para tentar dar resposta a esta situação, em Novembro de 1995, a Comissão Europeia apresentou o documento “Harmonização Contabilística – Uma nova estratégia relativamente à harmonização internacional”.

A UE depois de estudar as normas contabilísticas emitidas por organismos especializados, tais como o IASB e o FASB, decidiu que iria adoptar como suas as normas emitidas pelo IASB, dado que se enquadravam nas necessidades dos Estados-

Membros. Neste âmbito, foi criado em Junho de 2001 o *European Financial Reporting Advisory Group* (EFRAG), que tem como função averiguar se as Normas Internacionais de Contabilidade do IASB são coerentes com a política económica da UE. No mês de Setembro do ano 2001 foi publicada a Directiva 2001/65/CE, que introduz alterações nas Directivas já emitidas, tendo em vista a aproximação às IAS.

Um dos esforços importantes na adopção das IAS/IFRS¹ ocorreu no ano 2002, com a emissão do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, sendo:

- Obrigatória, a partir de 1 de Janeiro de 2005, a aplicação das normas internacionais de contabilidade na elaboração das contas dos grupos de sociedades cujos títulos sejam negociados em mercados europeus;
- Facultada aos Estados-Membros a opção de permitir ou requerer a adopção das IFRS nos restantes casos.

Após a emissão deste Regulamento, em 2003, o *Committee of European Securities Regulators* (CERS), publicou uma Recomendação de orientação adicional referente ao processo de transição para as IFRS. Esta Recomendação sugere que seja incluído no Relatório e Contas de 2003 uma descrição da forma como as empresas cotadas irão realizar a transposição para as IFRS, e no Relatório e Contas de 2004 a divulgação de elementos quantitativos sobre o impacto da aplicação das IFRS na informação financeira.

Em 2007, o Institute of Chartered Accountants in England and Wales (ICAEW), realizou um estudo denominado “*EU Implementation of IFRS and the Fair Value Directive*”, revelando que os intervenientes no mercado de capitais consideram que a implementação das IFRS é bastante positiva na melhoria da qualidade da informação

¹ Por simplificação, sempre que ao longo do trabalho há referência às IAS/IFRS passa a designar-se IFRS.

financeira (63% dos investidores, 60% dos preparadores e 80% dos auditores consideram que as IFRS aumentaram a qualidade da informação financeira).

3.1.2 Harmonização contabilística em Portugal

Relativamente a Portugal, o referencial contabilístico vigente assentava no Plano Oficial de Contabilidade (POC), aprovado pelo Decreto-lei n.º 47/77, de 17 de Fevereiro, sendo de aplicação obrigatória para todas as empresas, excepto banca, seguros e entidades públicas (estas tinham os seus próprios normativos). No entanto, depois da sua adesão às Comunidades Europeias² (actual União Europeia) surgiram alterações significativas tanto na legislação societária portuguesa, como na contabilidade e na fiscalidade, uma vez que passou a ser obrigatória a inclusão das disposições constantes nas Directivas Comunitárias³.

Ao longo dos tempos, a Comissão de Normalização Contabilística (CNC) tem vindo a emitir Directrizes Contabilísticas, cuja finalidade se centra no tratamento de matérias não contempladas no POC, de forma a acompanhar a harmonização contabilística. Importa também referir que a maioria destas Directrizes foi baseada nas normas do IASB, pelo que denota o esforço de aproximar o normativo português às normas internacionais.

No âmbito do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, o Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, veio permitir a adopção das IFRS na elaboração das contas consolidadas dos grupos não cotados e na elaboração das contas individuais das entidades incluídas na consolidação dos grupos (cotados e não cotados).

² A adesão ocorreu no dia 1 de Janeiro de 1986.

³ Até ao momento da adesão tinham sido emitidas: 4.ª Directiva 78/660/CEE e 7.ª Directiva 83/349/CEE

Alguns anos mais tarde, é aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de Julho, um novo normativo de contabilidade, denominado de Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Esta temática será abordada mais profundamente no próximo capítulo.

Quanto aos Organismos Normalizadores, em Portugal, existe o Banco de Portugal (regula as instituições financeiras), o Instituto de Seguros de Portugal (regula as empresas seguradoras), a CNC (regula as empresas comerciais e industriais e outras entidades), a Comissão de Normalização Contabilística da Administração Pública (regula as entidades do sector público administrativo) e, por fim, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (regula as entidades com valores negociados em bolsa).

3.2 Impacto da adopção das IFRS

Com a crescente globalização não é aceitável a existência de diversos normativos contabilísticos com diferentes resultados, consoante o país onde nos encontramos. “As sociedades cujos títulos são negociados publicamente devem aplicar um único conjunto de normas internacionais de contabilidade de elevada qualidade, para efeitos da elaboração das respectivas demonstrações financeiras consolidadas” (Regulamento CE n.º 1606/2002, § 2). Neste sentido, devido às divergências de práticas contabilísticas existentes entre as normas nacionais de cada país e as IFRS, surgiram diversos estudos que identificam e analisam os impactos decorrentes da adopção das IFRS.

Marques (2007) considera que a aplicação das IFRS nas demonstrações financeiras das empresas é positiva, na medida em que a utilização do Modelo do Justo Valor se mostra o mais adequado ao actual contexto contabilístico e empresarial, incrementando

a qualidade e consistência da informação contabilística. O conceito de justo valor pode ser definido como “a quantia pela qual um activo pode ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso, numa transacção em que não exista relacionamento entre elas” (IAS 39, § 9; NCRF 6, § 8).

Callao, Jarne e Laínez (2006) estudaram o efeito da adopção das IFRS nas empresas espanholas, defendendo que as demonstrações financeiras sofriam alterações significativas, na medida em que estas normas contêm critérios que são claramente diferentes dos padrões de contabilidade nacional. Estes autores concluíram que a imagem das empresas espanholas diferia significativamente quando eram aplicadas as IFRS em vez das *Spanish Accounting Standards* (SAS) na elaboração das demonstrações financeiras. As principais modificações ocorreram ao nível do Balanço, nomeadamente na classe dos devedores, caixa e equivalentes, capital próprio, passivo a longo prazo e passivo total. As principais causas da variação significativa no activo circulante consistiram na aplicação do justo valor nos instrumentos financeiros e reclassificação das contas.

Os activos fixos e os inventários foram os únicos itens que não variaram significativamente. Relativamente à primeira rubrica a maioria das empresas optou por não mudar o critério de valorização (custo histórico). No que concerne aos inventários, o método do LIFO que não é permitido pelas IFRS, não era geralmente utilizado. Em termos globais, os resultados sugerem que a posição económica e financeira das empresas espanholas de acordo com as IFRS é significativamente diferente da imagem apresentada pela aplicação das normas de contabilidade local.

Também Perramon e Amat (2006) estudaram o efeito da implementação das IFRS nas empresas espanholas cotadas e não financeiras, afirmando que estas normas têm um impacto relevante nos resultados financeiros das empresas. Os autores concluíram que

as IFRS podem influenciar os resultados devido à aplicação do justo valor nos instrumentos financeiros derivados e às novas regras de contabilização do Goodwill, introduzindo ainda alterações significativas nas demonstrações financeiras das empresas em foco, em especial ao nível da capitalização de gasto, dos benefícios dos empregados e dos investimentos em empresas associadas.

Hung e Subramanyam (2004) analisaram o impacto da adopção das IFRS na Alemanha, um país com um sistema de contabilidade orientado para os credores. Neste estudo são comparadas as normas alemãs, *Handelsgesetzbuch* (HGB), com as IFRS, concluindo-se que o total do Activo, do Capital Próprio e o Resultado Líquido são mais elevados ao abrigo das IFRS. Um dos factores principais que explica esta diferença deve-se à aplicação do justo valor, em substituição dos princípios conservadores que caracterizam as normas nacionais (aplicavam o custo histórico).

Stenka, Ormod e Chan (2008) tiveram como objecto de estudo o Reino Unido, comparando a aplicação das IFRS com as *UK GAAP*⁴ nas empresas analisadas, nomeadamente em termos do resultado líquido e do Capital Próprio. Os resultados indicam que o maior impacto ocorreu ao nível do resultado líquido, devido sobretudo às diferenças na contabilização do Goodwill⁵. Os autores referem que os ajustes

⁴*United Kingdom Generally Accepted Accounting Principles.*

⁵A definição do Goodwill foi alterada, correspondendo à diferença entre o custo da concentração e a parte da entidade adquirente no justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida. Anteriormente só se levava em conta os activos e passivos espelhados no balanço, não tendo em consideração os passivos contingentes. No entanto, a mudança mais significativa é a supressão da sua amortização, sendo necessário efectuar a realização de um teste de imparidade, com a periodicidade anual, para quantificar as possíveis perdas por imparidade. Quanto ao Goodwill negativo passou a ser reconhecido como um ganho no período.

provocados pela adoção das IFRS têm consequências relevantes na posição financeira das empresas.

Segundo Ashbaugh e Pincus (2001) subsistem diferenças entre as normas locais de cada país e as normas internacionais de contabilidade, devido aos critérios de mensuração e divulgação utilizados. Estes autores chegaram a duas conclusões centrais: (1) as diferenças de mensuração e divulgação estão significativamente e positivamente associadas ao valor absoluto dos erros de previsão dos analistas, e (2) redução do valor absoluto dos erros de previsão (melhoramento da exactidão da previsão dos analistas) nas empresas que adoptem IFRS.

Dinget al. (2005) analisaram as causas e os efeitos das variações entre as normas de contabilidade locais e as normas internacionais de contabilidade, tendo criado dois índices: (1) “ausência” e (2) “divergência”. Estes índices medem, respectivamente, a ausência e a divergência de determinados tratamentos contabilísticos, quando comparadas as normas de contabilidade dos países em análise (amostra de 30 países, com referência ao ano de 2001) com as IAS. Os autores constataram que os países com mercados de capitais pouco desenvolvidos e com muita concentração de propriedade têm um grau de ausência elevado. Por outro lado, a divergência está positivamente associada ao nível de desenvolvimento económico e ao relevo dado à profissão de contabilista (mas é condicionada pela importância atribuída aos mercados de capitais).

Neste estudo é ainda mencionado que “um alto nível de ausência implica mais oportunidades de gestão de resultados e diminuição de informações específicas sobre empresas disponíveis para os investidores.” A Grécia e a Áustria são os países com maiores níveis de ausência, estando no extremo oposto o Reino Unido e a Irlanda com menores ausências de tratamentos contabilísticos. A Alemanha e a Itália ocupam os lugares cimeiros em termos de divergências de tratamentos comparativamente ao

normativo do IASB. Quanto a Portugal, em termos de ausência de itens de normalização a situação não é muito favorável (encontra-se no quinto lugar num total de 30 lugares), dado que existem muitas matérias que não são “tratadas”.No entanto, melhora a sua posição relativamente ao nível de divergência (está no décimo sétimo lugar), uma vez que as Directrizes Contabilísticas foram elaboradas com base nas IAS.

Daskeet al. (2008) concluíram que existe diminuição do custo de capital e aumento da liquidez do mercado aquando da introdução das IFRS. Referem ainda que os benefícios do mercado de capitais ocorrem apenas em países onde as empresas têm incentivos para ser transparentes e onde a aplicação da lei é forte, valorizando-se a qualidade dos relatórios financeiros. Este estudo revela também que os efeitos económicos são mais relevantes nos países que têm maiores diferenças entre as normas locais e as IFRS, bem como em países sem uma estratégia prévia de convergência para o normativo internacional.

Também Kinsey, Jermakowicz e Vonghanith (2008) tiveram conclusões idênticas, constatando que (1) os intervenientes nos mercados de capitais consideram que os relatórios financeiros das empresas que adoptam as IFRS são mais relevantes e informativos e (2) as consequências económicas são mais expressivas nos países de *code law*⁶ do que nos países de *common law*.

Torna-se assim evidente que os factores económicos, financeiros e institucionais presentes nos diversos países, têm bastante influência na aproximação e/ou afastamento às normas internacionais.

⁶ Portugal enquadra-se nos países de *code law*.

3.2.1 O caso específico de Portugal

Relativamente ao panorama português também foram realizados diversos estudos, com o objectivo de avaliar o impacto da adopção das IFRS a partir de 1 de Janeiro de 2005.

Guerreiro (2006) verificou se as empresas portuguesas cotadas seguiram a Recomendação⁷ do CERS, caracterizando o tipo de empresas que apresentou maiores níveis de divulgação. O estudo revela que a maioria das empresas não divulgou a informação necessária, como é possível confirmar pelos resultados apresentados, tais como:

- 38% das empresas da amostra divulgou com um nível de detalhe médio (17%) e pormenorizado (21%) os impactos da adopção das IFRS nas demonstrações financeiras de 2004;
- 34% das empresas divulgou informação mínima, mencionando apenas os procedimentos de preparação que estavam a ser iniciados;
- 28% das empresas não fez qualquer referência ao processo de transição para as IFRS.

A autora concluiu ainda que “são as empresas com maior dimensão, maior nível de internacionalização comercial, auditadas por empresas multinacionais e com menores rácios de endividamento, aquelas que apresentam maiores níveis de divulgação.”

Cordeiro, Couto e Silva (2007) estudaram o impacto das IFRS na informação financeira das empresas portuguesas cotadas na *Euronext* Lisboa, concluindo que o Balanço e a Demonstração de Resultados sofreram alterações contabilísticas relevantes no processo de adopção das referidas normas. No entanto, não identificaram um “padrão

⁷ Divulgação de informação quantitativa das demonstrações financeiras de 2004, referente ao impacto da adopção das IFRS.

claro” nestas alterações, tendo sido observado que existe um condicionamento do desempenho e da posição financeira das empresas que constituem a amostra. Os resultados indicam que com a implementação das IFRS, o Capital Próprio diminui, em média, 3,19% e o activo, o passivo e os resultados antes de impostos aumentam, em média, 1,5%, 3,42% e 14,66%, respectivamente.

Relativamente ao impacto decorrente da aplicação das IFRS nas empresas cotadas portuguesas, destacam-se ainda outros dois estudos, nomeadamente, Lopes e Viana (2008) e Costa (2008).

Lopes e Viana (2008) analisaram qualitativa e quantitativamente o processo de transição dos *Portuguese Generally Accepted Accounting Principles* (PGAAP) para as IFRS, chegando a três conclusões fundamentais: (1) não foram alcançados os objectivos de comparabilidade, relevância e compreensibilidade indicados pela Recomendação da CERS; (2) existência de alterações significativas, devido sobretudo ao reconhecimento de Activos Intangíveis, tratamento contabilístico do Goodwill e instrumentos financeiros; e (3) o padrão das normas portuguesas é mais conservador que as IFRS.

Por fim, Costa (2008) ao medir os efeitos da implementação das IFRS nas demonstrações financeiras das empresas cotadas na *Euronext* Lisboa evidenciou que existem algumas rubricas que apresentam diferenças estatisticamente significativas em comparação com o normativo nacional, tais como:

- Balanço – Propriedades de investimento, activos por impostos diferidos, disponibilidades, resultado líquido, interesses minoritários, provisões, dívidas a terceiros não correntes, financiamentos obtidos não correntes, passivos por impostos diferidos, total de passivos não correntes, financiamentos obtidos correntes e passivo total;
- Demonstração de Resultados – Resultado operacional e resultado corrente.

Capítulo 4 – O sistema de normalização contabilística (SNC)

4.1 Caracterização do SNC

O SNC foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, revogando o POC e legislação complementar, e que entrou em vigor a 1 de Janeiro de 2010. Conforme mencionado no presente Decreto-Lei, “a normalização contabilística nacional deverá aproximar-se, tanto quanto possível, dos novos padrões comunitários, de forma a proporcionar ao nosso país o alinhamento com as Directivas e Regulamentos em matéria contabilística da UE, sem ignorar, porém, as características e necessidades específicas do tecido empresarial português.” Pode-se constatar que o SNC constitui a maior mudança de normalização contabilística em Portugal desde a introdução do POC.

Trata-se de um modelo mais assente em princípios do que em regras explícitas, que tem por base as normas internacionais de contabilidade (assimilando a transposição das Directivas Contabilísticas da UE), cujos objectivos principais se centram no aumento da relevância (maior nível de divulgação) e comparabilidade da informação financeira. Por outras palavras, com este novo sistema pretende-se alcançar a harmonização contabilística entre os diversos Estados-Membros. O SNC é composto pelos seguintes instrumentos:

- Bases para a apresentação de demonstrações financeiras (BADF)
- Modelos de demonstrações financeiras (MDF)
- Códigos de contas (CC)
- Normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF)
- Norma contabilística e de relato financeiro para pequenas entidades (NCRF-PE)
- Normas interpretativas (NI)

As BADF estabelecem os requisitos globais a que deve obedecer um conjunto completo de demonstrações financeiras, de modo a assegurar a comparabilidade das mesmas. O objectivo das demonstrações financeiras consiste em facultar informação sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa de uma entidade. Para alcançar esta finalidade, as demonstrações financeiras devem incluir informações acerca dos activos, passivos, capital próprio, rendimentos, gastos, outras alterações no capital próprio e fluxos de caixa. As demonstrações financeiras devem ser preparadas e apresentadas tendo por base os seguintes requisitos: continuidade, regime de acréscimo (periodização económica), consistência, materialidade e agregação, compensação e informação comparativa.

Nos MDF está implícito a necessidade de existência de formatos padronizados (mas flexíveis), para o balanço, para as demonstrações de resultados (por funções e por naturezas), de alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa, e também um modelo orientador para o anexo. Ainda neste instrumento é importante salientar duas notas, (1) apenas é obrigatória a apresentação da demonstração de resultados por naturezas, (2) as Pequenas Entidades estão dispensadas de apresentar as demonstrações de alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa, tendo a possibilidade de elaborar modelos reduzidos das restantes demonstrações financeiras.

Quanto ao CC teve como referência o plano de contas do POC (com as alterações necessárias aos propósitos do novo normativo), contendo o quadro síntese de contas, o código de contas (lista codificada de contas) e notas de enquadramento.

As NCRF são o núcleo central do SNC, constituindo uma adaptação das IAS/IFRS, adoptadas na UE, tendo em consideração o tecido empresarial português. Estas normas assentam em três pilares fundamentais da normalização, tais como, o reconhecimento (quando um item deve ser incluído nas demonstrações financeiras), a mensuração

(forma como um determinado item deve ser valorizado) e a divulgação (cada norma menciona o que deve ser divulgado no anexo). As NCRF poderão dispensar a aplicação de certos procedimentos e divulgações exigidos nas normas internacionais, embora garantido os critérios de reconhecimento e mensuração.

O SNC inclui também a NCRF-PE⁸, destinada a pequenas empresas com menor necessidade de relato financeiro. Por pequena entidade entende-se as empresas cuja dimensão não ultrapasse dois dos três limites seguintes⁹: a) total de balanço: 1 500 000 €; b) total de vendas líquidas e outros rendimentos: 3 000 000 €; c) número de trabalhadores empregados em média durante o exercício: 50. Se estas entidades, por razões legais ou estatutárias, tiverem as suas demonstrações financeiras sujeitas a certificação legal de contas não poderão aplicar a NCRF-PE. Esta norma sintetiza os principais aspectos de reconhecimento, mensuração e divulgação das NCRF. Interessa ainda salientar que se trata de uma única norma dividida em capítulos e que não é de aplicação obrigatória, ou seja, as pequenas entidades podem optar por adoptar as NCRF.

Por último, as NI serão produzidas para esclarecimento e/ou orientação sobre os conteúdos dos restantes instrumentos que integram o SNC. Estas normas são propostas pela CNC e publicadas como aviso no Diário da República, sendo de aplicação obrigatória a partir da entrada em vigor indicada em cada uma delas. De momento existem as seguintes NI:

- NI 1 - Consolidação – Entidades de Finalidades Especiais (decorre da SIC 12 - Consolidação – Entidades de Finalidades Especiais);
- NI 2 – Uso de Técnicas de Valor Presente para Mensurar o Valor de Uso (decorre da NCRF 12 – Imparidade de Activos).

⁸ Publicada pelo Aviso n.º 15654/2009, de 7 de Setembro

⁹ Lei n.º 20/2010, de 23 de Agosto.

Outro dos elementos constituinte do SNC é a Estrutura Conceptual (EC), criada em documento autónomo, que contém os conceitos base subjacentes à preparação e apresentação de demonstrações financeiras. O âmbito da EC trata: a) do objectivo das demonstrações financeiras; b) das características qualitativas que determinam a utilidade da informação contida nas demonstrações financeiras; c) da definição, reconhecimento e mensuração dos elementos a partir dos quais se constroem as demonstrações financeiras; e d) dos conceitos de capital e de manutenção de capital. Importa notar que em caso de conflito entre a Estrutura Conceptual e uma norma específica, prevalece as disposições da norma (EC, §5).

Sempre que o SNC seja omissivo, deve recorrer-se primariamente às normas internacionais de contabilidade adoptadas ao abrigo do Regulamento (CE) 1606/2002 e em segundo lugar às IFRS emitidas pelo IASB e respectivas interpretações (SIC/IFRIC).

Em termos gerais, conforme explicito no preâmbulo do Decreto-Lei n.º 158/2009, o SNC “assegura a inteira compatibilidade e coerência entre os normativos aplicáveis aos seguintes três grandes grupos de entidades que operam em Portugal:

1. Empresas com valores cotados, que aplicam directamente as IAS/IFRS tal como adoptadas na União Europeia;
2. Restantes empresas dos sectores não financeiros, que aplicarão as NCRF;
3. Empresas de menor dimensão, que aplicarão a NCRF-PE.”

Outra das alterações impostas pelo SNC foi a adopção de uma nova terminologia contabilística, como mostra o Quadro 1, onde são visíveis as principais mudanças ocorridas.

Quadro 1 – Adopção de nova terminologia

POC	SNC
Existências	Inventários ou activos biológicos
Imobilizado incorpóreo	Activo intangível
Imobilizado corpóreo	Activo fixo tangível
Reintegrações e amortizações	Depreciações e amortizações
Custos e perdas	Gastos
Proveitos e ganhos	Rendimentos
Exercício	Período
Valor Actual	Valor de Mercado

- **Normalização contabilística para microentidades (NCM)**

A Lei n.º 35/2010, de 2 de Setembro, veio instituir¹⁰ um regime especial simplificado das normas e informações contabilísticas aplicáveis às microentidades (ME). São ME as empresas definidas no artigo 2.º da presente lei, designadamente as que, à data do balanço, não ultrapassem dois dos três limites seguintes:

- Total do balanço: 500 000 €
- Volume de negócios líquido: 500 000 €
- Número médio de empregados durante o exercício: 5

¹⁰ Artigo 1.º da Lei n.º 35/2010, de 2 de Setembro

Ficam excluídas deste regime as entidades que tenham as suas demonstrações financeiras sujeitas a certificação legal de contas ou integrem o perímetro de consolidação de uma entidade que apresente demonstrações financeiras consolidadas.

As ME ficam dispensadas¹¹: (1) da aplicação das normas contabilísticas previstas no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, devendo passar a adoptar normas simplificadas e (2) da entrega dos anexos L, M e Q da informação empresarial simplificada (IES). No entanto, de acordo com o artigo 5.º as ME podem optar pela aplicação das NCRF, sendo essa opção exercida na declaração periódica de rendimentos (deve ser enviada, anualmente, por transmissão electrónica de dados, até ao último dia do mês de Maio, salvo algumas excepções¹²).

O Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março regula o regime da NCM, constituindo um modelo de normalização que, embora operando de forma autónoma, recorre a conceitos, definições e procedimentos contabilísticos de aceitação generalizada em Portugal (§ 1.1 do Anexo I do Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março). A NCM é composta pelos seguintes instrumentos:

- Bases para a apresentação de demonstrações financeiras das microentidades (BADF-ME)
- Modelos de demonstrações financeiras para microentidades (MDF-ME)
- Códigos de contas para microentidades (CC-ME)
- Norma contabilística para microentidades¹³ (NC-ME)
- Normas interpretativas para microentidades (NI-ME)

¹¹ Artigo 3.º da Lei n.º 35/2010, de 2 de Setembro

¹² Artigo 120º do CIRC

¹³ Publicada pelo Aviso n.º 6726-A/2011, de 14 de Março

Em termos de demonstrações financeiras, as entidades que adoptem a NCM têm de apresentar: balanço, demonstração de resultados por naturezas e anexo para as ME¹⁴.

4.2 Processo de transição do POC para o SNC

A transição para o novo referencial contabilístico não é um processo simples e de fácil execução, na medida em que envolve o desenvolvimento de esforços tanto ao nível dos recursos técnicos (adaptação dos sistemas de informação), como dos recursos humanos. A adopção do SNC constitui um grande desafio para os profissionais da área (TOC, ROC, docentes), exigindo formação contínua (maior grau de complexidade das novas normas a utilizar). Nesta secção vou abordar a NCRF 3 - *Aplicação pela primeira vez das NCRF*, mencionando os principais aspectos da mesma.

A NCRF 3 é a primeira norma a ser utilizada e apenas no momento da transição, o que significa que após a adopção do SNC não terá muita utilidade. A presente norma tem como objectivo assegurar que as primeiras demonstrações financeiras elaboradoras de acordo com o SNC contenham informação de elevada qualidade, ou seja, transparente e comparável em todos os períodos apresentados, que proporcione um ponto de partida conveniente para a contabilização segundo as NCRF e possa ser gerada a um custo que não exceda os benefícios para os utentes (§1).

A estrutura da NCRF 3, tal como da generalidade das restantes normas, subdivide-se em duas partes, nomeadamente (1) reconhecimento e mensuração e (2) apresentação e divulgação. Quanto ao reconhecimento e mensuração (§§ 5 a 11) é necessário efectuar os seguintes procedimentos:

1. Elaboração de um balanço de abertura, que consiste em:

¹⁴ Os modelos das demonstrações financeiras foram publicados na Portaria n.º 104/2011, de 14 de Março.

- Reconhecer todos os activos e passivos cujo reconhecimento seja exigido pelas NCRF, como por exemplo, activos e passivos relacionados com locações financeiras, activos relativos à exploração e avaliação de recursos minerais ou ainda activos biológicos;
 - Não reconhecer itens como activos ou passivos se as NCRF não o permitirem, como por exemplo, despesas de pesquisa e investigação, encargos com campanhas publicitárias ou ainda despesas de instalação.
 - Aplicar as NCRF na mensuração de todos os activos e passivos, podendo estes manter as mesmas quantias assumidas nos termos do POC ou existir alterações das suas quantias, gerando assim ajustamentos de transição. Estes ajustamentos devem ser reconhecidos em resultados transitados ou noutro item do capital próprio se tal for mais adequado;
 - Reclassificar itens do activo, passivo e capital próprio;
 - Utilização das mesmas políticas contabilísticas (de acordo com as NCRF) no balanço de abertura e nas primeiras demonstrações financeiras.
2. Escolha das isenções pretendidas, na medida em que há determinadas áreas sobre as quais estão previstas isenções (§ 10).A título de exemplo, não é preciso refazer a contabilização das concentrações de actividades empresariais realizadas antes da entrada em vigor do SNC.
 3. A norma proíbe a aplicação retrospectiva das NCRF no balanço de abertura, sempre que essa aplicação possa exigir juízos de valor acerca de condições passadas que já se conheça o seu desfecho (§11).Não é permitido alterar

estimativas contabilísticas adoptadas ao abrigo do POC, excepto nos casos em que se comprove que as estimativas estavam incorrectas¹⁵.

No que concerne à apresentação e divulgação (§§ 12 a 18) importa salientar que as primeiras demonstrações financeiras elaboradas com base nas NCRF devem incluir, pelo menos, um ano de informação comparativa e uma entidade deve explicar de que forma a transição para as NCRF afectou a sua posição financeira, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relatados.

De uma forma global pode concluir-se que o processo de transição do POC para o SNC e especificamente a correcta aplicação da NCRF 3 envolve o conhecimento prévio das restantes normas. Para as PE o regime transitório é mais simplificado, reduzindo-se o número de parágrafos de 19 para 5 (§§ 5.1 a 5.5 da NCRF-PE). No Apêndice II da NCRF-PE está descrito como se deve efectuar a mudança para o SNC, com a finalidade de facilitar os procedimentos de transição destas entidades.

4.3 Impacto da aplicação das NCRF

O facto da implementação do SNC ser um acontecimento relativamente recente, leva a que só “agora” estejam a surgir os primeiros estudos sobre as reacções à adopção do novo normativo contabilístico vigente em Portugal. No entanto, foram já publicados alguns trabalhos referentes a esta temática que farei referência de seguida.

Bianchi (2009) analisou o processo preparatório de transição do POC para o SNC/NCRF. Para este efeito, realizou um inquérito a responsáveis financeiros de empresas portuguesas, tendo concluído que o menor ou maior impacto nas demonstrações financeiras resultante da conversão do POC para as NCRF, depende do processo de gestão desta transição. Porém, salientou ainda que os impactos mais

¹⁵ As estimativas contabilísticas têm obrigatoriamente uma aplicação prospectiva (NCRF 4).

significativos se verificaram nos capitais próprios e nos resultados líquidos das empresas em estudo, devido aos tratamentos contabilísticos específicos de determinados sectores de actividade.

Santos e Lopes (2010) averiguaram a percepção dos profissionais de contabilidade sobre a adopção do SNC, concluindo que as vantagens resultantes da aplicação do novo normativo são superiores às desvantagens. A comparabilidade internacional, a satisfação de uma necessidade de relato financeiro mais exigente e o acompanhamento da modernização contabilística europeia, foram alguns dos aspectos positivos identificados pelos profissionais. Do total da amostra, 74,83% concorda com a frase “O SNC coloca a prática contabilística portuguesa a par da europeia, sendo um normativo mais moderno e um impulso para a competitividade”.

Ribeiro (2010) investigou o impacto das NCRF nas empresas portuguesas, de acordo com a percepção dos TOC's., através da elaboração de questionários a estes profissionais. A principal conclusão revela que a aplicação das NCRF tem um impacto elevado nas empresas portuguesas, particularmente no incremento da qualidade das suas demonstrações financeiras. Os resultados indicam que, à data do estudo¹⁶, os inquiridos tinham as seguintes opiniões:

- As empresas estão razoavelmente preparadas para aplicarem as NCRF, no entanto, existe uma percentagem pequena de empresas que se a esteja a preparar para implementar as NCRF;
- O principal contributo para o aumento da qualidade das demonstrações financeira deve-se às novas exigências em termos de divulgação, dado que as NCRF impõem um elevado nível de informação que deve ser divulgada;

¹⁶ Os inquéritos foram realizados no início de 2010, mais propriamente entre 19 de Janeiro e 28 de Fevereiro.

- A utilização do justo valor como método de mensuração dos Activos (em detrimento do custo histórico) introduz uma maior volatilidade aos Activos e Capitais Próprio das empresas;
- Os utilizadores da informação, apesar de se encontrarem pouco informados sobre a conversão das normas, consideram que existe algum impacto na qualidade das demonstrações financeiras e no valor do Capital Próprio das empresas.

Relativamente aos profissionais de contabilidade da Protir (empresa onde realizei o estágio curricular), na minha opinião, no início do ano de 2010 também se encontravam razoavelmente preparados para implementarem o SNC. No entanto, constatei que a elevada carga de trabalho e a falta de tempo constituíram entraves à disponibilidade para apreender os conteúdos do novo referencial contabilístico português. A entrada em vigor do SNC, conforme referi anteriormente, exigiu grandes investimentos em recursos técnicos e humanos.

No próximo capítulo são apresentadas as principais alterações ocorridas nos itens do balanço e da demonstração de resultados das empresas clientes da Protir.

Capítulo 5 – Estudo empírico

5.1 Objectivo do estudo

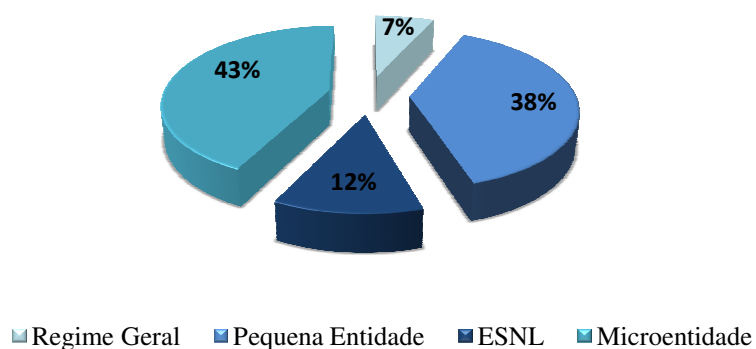
O presente trabalho pretende identificar e analisar quais as principais alterações ocorridas nos itens das demonstrações financeiras (balanço e demonstração de resultados) das empresas clientes da Protir, resultantes do processo de transição do POC para o novo normativo de contabilidade vigente em Portugal.

5.2 Caracterização da amostra

A amostra inicial deste estudo é constituída pela carteira de clientes da Protir, mais especificamente um total de 100 empresas, sendo que 25 delas se tratam de novas sociedades, criadas após o processo de transição do POC para o SNC. Em relação às restantes podemos subdividi-las em quatro grupos: entidades “normais” ou do regime geral (aplicam as NCFR), pequenas entidades (aplicam a NCRF-PE), entidades do sector não lucrativo (aplicam a NCRF-ESNL) e microentidades (aplicam a NC-ME).

Quanto à composição da carteira de clientes, através do gráfico 3, pode-se observar que 43% são microentidades, 38% são pequenas entidades, 12% são entidades do sector não lucrativo e 7% são entidades do regime geral.

Gráfico 3 - Constituição da carteira de clientes



Relativamente às ESNL, só irão aplicar a normalização contabilística para as ESNL a partir do exercício que se inicie em 1 de Janeiro de 2012¹⁷, pelo que não vão ser objecto de análise no presente estudo. Quanto às empresas abrangidas pelo regime geral também vão ser excluídas, dado que representam uma pequena percentagem do total dos clientes, o que condicionaria os resultados obtidos.

Neste sentido, atendendo aos factores atrás mencionados, a amostra final centra-se nas microentidades e nas pequenas entidades.

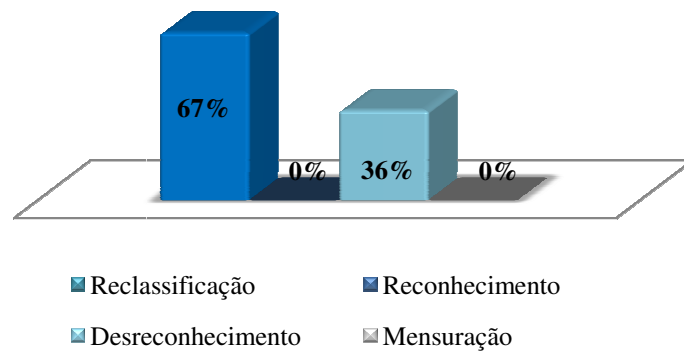
5.3 Alterações ocorridas nos itens de balanço

Conforme referido no capítulo anterior, o processo de transição do POC para o novo sistema contabilístico envolve a elaboração de um balanço de abertura, o que consequentemente implica a realização de procedimentos de reclassificação, reconhecimento, desreconhecimento e mensuração. Neste sentido, numa primeira fase, o estudo baseia-se na comparação do balanço de abertura, a 1 de Janeiro de 2010, com o balanço a 31 de Dezembro de 2009.

No gráfico 4 é possível verificar que em 67% das entidades da amostra foi necessário reclassificar itens do activo, passivo e capital próprio, tendo sido efectuados procedimentos de desreconhecimento em 36% do total da amostra. A percentagem de reconhecimento é nula, o que significa que não houve necessidade de incluir itens de balanço por força da aplicação da NC-ME e da NCRF-PE, respectivamente. O mesmo se constata em termos de mensuração, tendo os activos e passivos das empresas da amostra mantido as mesmas quantias assumidas ao abrigo do POC.

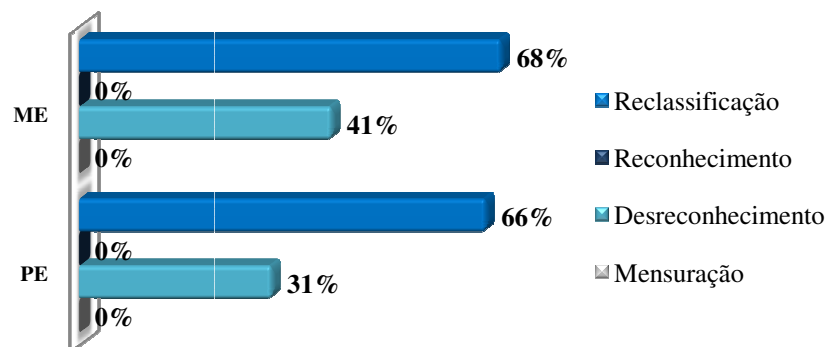
¹⁷Estas entidades podiam ter optado por aplicar a normalização contabilística para as ESNL ao exercício do ano 2011, conforme prevê o n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março.

Gráfico 4 - Procedimentos de transição (global)



O gráfico 5 mostra que as percentagens dos procedimentos de transição são bastante idênticas para as ME e para as PE. Nas subsecções seguintes serão apresentadas as principais alterações ocorridas nos itens dos balanços das empresas da amostra, mais especificamente em termos de reclassificação e desreconhecimento.

Gráfico 5 - Procedimentos de transição (ME e PE)



5.3.1 Itens reclassificados

No quadro 2 estão identificadas as principais reclassificações que ocorreram nas empresas constituintes da amostra.

Quadro 2 - Reclassificações (ME e PE)

Anterior	Actual
Ferramentas e utensílios (425)	Outros activos fixos tangíveis (437)
Fornecedores de imobilizado - Leasings (261)	Financiamentos obtidos (25): Locações financeiras (2513)
Acréscimos e diferimentos (27): Custos diferidos – Outros custos diferidos (2729) Proveitos diferidos – Outros proveitos diferidos (2749)	Diferimentos (28): Gastos a reconhecer – Out. gastos a reconhecer (2819) Rendimentos a reconhecer – Out. rend. a reconhecer (2829)
Acréscimos e diferimentos (27): <u>Acréscimos de custos (273)</u> Remunerações a liquidar (2732) Outros acréscimos de custos (2739) <u>Acréscimos de proveitos (271)</u> Outros acréscimos de proveitos (2739)	Outras contas a receber e a pagar (27): <u>Credores por acréscimo de gastos (2722)</u> Remunerações a liquidar (27222) Outros credores por acréscimos de gastos (27229) <u>Devedores por acréscimo de rendimentos (2721)</u> Outros Devedores por acréscimo de rendimentos (27219)
Subsídios para investimento (2745)	Outras variações no capital próprio (59): Subsídios (593)

Quanto à primeira reclassificação apresentada no quadro 3, a antiga subconta relativa às ferramentas e utensílios não está explícita no actual código de contas da classe 4 (43 – activos fixos tangíveis) das ME e das PE, pelo que o seu saldo foi transferido para a subconta referente a outros activos fixos tangíveis.

Outra das reclassificações deu-se ao nível dos contratos de locações financeiras, que deixaram de estar contabilizados na antiga conta de fornecedores de imobilizado. Assim, sempre que uma aquisição seja efectuada com um produto de crédito (seja empréstimos ou locação financeira), este financiamento deve ser reconhecido em subconta própria na conta de financiamentos obtidos.

A terceira reclassificação evidenciada no quadro prende-se com a antiga conta de acréscimos e diferimentos, que actualmente se encontra contemplada em duas contas distintas: diferimentos e outras contas a receber e a pagar (devedores e credores por acréscimos). Os acréscimos são relevados como dívidas, nomeadamente a pagar (gastos) e a receber (rendimentos). Quanto aos diferimentos, assumem uma forma de direito (gasto) ou obrigação (rendimento).

Por fim, os subsídios do Governo¹⁸ podem ser classificados como não reembolsáveis¹⁹ (ou a fundo perdido) e reembolsáveis. Quanto aos subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com activos fixos tangíveis e intangíveis, devem ser reconhecidos nos capitais próprios e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos, durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem (§ 14.4 da NC-ME; § 14.5 da NCFR-PE). Os subsídios do Governo reembolsáveis são contabilizados como passivos (§ 14.5 da NC-ME; § 14.6 da NCFR-PE).

Sempre que se trate de subsídios relacionados com activos devem ser apresentados no balanço como componente de capital próprio e imputados como rendimentos do exercício na proporção das depreciações/amortizações efectuadas em cada período (§ 14.7 da NC-ME; § 14.9 da NCFR-PE).

Quando estivermos perante subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar *deficits* de exploração de um dado exercício imputam-se como rendimentos desse exercício (§ 14.8 da NC-ME; § 14.10 da NCFR-PE).

¹⁸Os subsídios do Governo, incluindo subsídios não monetários, só devem ser reconhecidos após existir segurança de que: a) a entidade cumprirá as condições a eles associadas; e b) os subsídios serão recebidos (§ 14.1 e 8.3 da NC – ME e da NCRF- PE).

¹⁹ Consideram-se subsídios não reembolsáveis quando exista um acordo individualizado de concessão do subsídio a favor da entidade, se tenham cumprido as condições estabelecidas para a sua concessão e não existam dúvidas de que os subsídios serão recebidos (§ 14.4 da NC-ME; § 14.5 da NCFR-PE).

Relativamente ao total da amostra apenas 3 empresas beneficiaram de subsídios concedidos pelo Governo, sendo estes subsídios não reembolsáveis relacionados com activos, ou seja, subsídios ao investimento²⁰. Ao abrigo do POC estes valores eram inicialmente registados como passivos, nomeadamente em proveitos diferidos - subsídios para investimentos (2745). Com a entrada em vigor do novo referencial contabilístico houve necessidade de reclassificar este tipo de subsídio, passando o mesmo a integrar o capital próprio.

Face ao exposto, o ajustamento de transição consistiu em reclassificar os valores constantes na conta do passivo para capital próprio, nomeadamente na rubrica de outras variações no capital próprio – subsídios (593). Subsequentemente, os subsídios serão imputados, numa base sistemática, como rendimentos²¹, à medida que forem sendo contabilizadas as depreciações/amortizações do investimento a que respeitem.

5.3.2 Itens não reconhecidos

A NC-ME e a NCRF-PE têm como objectivo estabelecer os aspectos de reconhecimento, mensuração e divulgação, aplicáveis às ME e às PE, respectivamente. Relativamente ao processo de reconhecimento, importa referir quais os critérios que um activo ou passivo têm de cumprir para serem incorporados no balanço, tais como:

- ✓ Um activo é reconhecido no balanço quando for provável que os benefícios económicos futuros fluam para a entidade e o activo tenha um custo ou um valor que possa ser mensurado com fiabilidade (§3.3 da NC-ME e da NCRF-PE).

²⁰ Quando se trate de investimentos com vida útil finita devem ser imputados como rendimentos, numa base sistemática, de acordo com os gastos incorridos; No caso de subsídios relacionados com activos com vida útil infinita devem ser mantidos no capital próprio.

²¹ Outros rendimentos e ganhos – Imputação de subsídios para investimentos (7883)

- ✓ Um passivo é reconhecido no balanço quando for provável que um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos futuros resulte da liquidação de uma obrigação presente e que a quantia pela qual a liquidação tenha lugar possa ser mensurada com fiabilidade (§3.4 da NC-ME e da NCRF-PE).

Se algum dos itens do activo ou do passivo não estiver em conformidade com os requisitos anteriormente mencionados não poderá ser reconhecido como tal, sendo as quantias referentes a diferenças de transição reconhecidas no capital próprio. Quanto às empresas da amostra a adopção do novo referencial contabilístico exigiu o desreconhecimento, na maioria dos casos, dos itens seguintes:

❖ Despesas de instalação

As despesas de instalação não cumprem as condições de reconhecimento de um activo intangível²², devendo ser reconhecidas como gasto quando incorridas. O ajustamento de transição consistiu em retirar as respectivas quantias dos activos intangíveis, tendo como contrapartida a conta de resultados transitados. Esta situação implicou variações no valor do activo e do capital próprio. No entanto, o impacto deste desreconhecimento foi estatisticamente insignificante, representando, em média, uma diminuição do total do activo e do capital próprio inferior a 1%.

❖ Capital subscrito

Por fim, é também importante salientar que na conta 51 – Capital, apenas deverá constar o capital social realizado. Conforme disposto nas notas de enquadramento do código de contas, “ esta conta evidencia o capital subscrito, devendo ser deduzido, para efeitos de elaboração do balanço, o eventual saldo da conta 261 – Accionistas c/subscrição ou 262

²² Um activo intangível deve ser reconhecido se, e apenas se, for identificável e cumprir as condições de reconhecimento de um activo (§§ 8.2 e 8.3 da NC – ME e da NCRF- PE).

– Quotas não liberadas”. Do total da amostra 5% das empresas tiveram que reflectir esta situação no balanço, o que motivou a redução do seu capital próprio.

5.4 Alterações ocorridas nos itens da demonstração de resultados

No que respeita aos itens da demonstração de resultados, para serem reconhecidos como rendimentos ou gastos, têm de cumprir estes requisitos:

- ✓ Um rendimento é reconhecido na demonstração de resultados quando tenha surgido um aumento de benefícios económicos futuros relacionados com um aumento num activo ou com uma diminuição de um passivo e que possa ser quantificado com fiabilidade (§3.5 da NC-ME e da NCRF-PE).
- ✓ Um gasto é reconhecido na demonstração de resultados quando tenha surgido uma diminuição de benefícios económicos futuros relacionados com uma diminuição num activo ou com um aumento de um passivo e que possa ser mensurado com fiabilidade (§3.6 da NC-ME e da NCRF-PE).

Relativamente aos itens de rendimentos e gastos das ME e PE que fazem parte da amostra estudada, a principal alteração a registar prende-se com o “desaparecimento” dos resultados extraordinários, passando os proveitos e ganhos extraordinários (antiga 79) e os custos e perdas extraordinárias (antiga 69) a estar integrados em outros rendimentos e ganhos (78) e em outros gastos e perdas (68), respectivamente. Outra das alterações ocorridas foi ao nível das despesas bancárias (antiga 6881). No seu registo deve ter-se em conta a natureza do gasto. Se não estiverem relacionadas com financiamento, deixam de ser contabilizadas na conta de gastos de financiamento e passam a ser contabilizadas numa subconta de fornecimentos e serviços externos (6227 – serviços bancários).

As mudanças anteriormente enunciadas implicaram variações nos resultados operacionais das empresas em análise, uma vez que passaram a incorporar novos rendimentos e gastos, nomeadamente:

- 17 % do total das empresas aumentou o seu resultado operacional
- 48 % do total das empresas diminuiu o seu resultado operacional
- 35 % do total das empresas manteve o seu resultado operacional

Em termos médios, o aumento/diminuição do resultado operacional das ME e das PE, teve uma variação entre 1% e 8%, não representando um impacto estatisticamente significativo no desempenho financeiro destas empresas.

Conclusão

“Para assegurar a competitividade dos mercados de capitais europeus, é importante que se realize a convergência das normas utilizadas na Europa para a elaboração das demonstrações financeiras com as normas internacionais de contabilidade, as quais são susceptíveis de uma utilização a nível mundial, tanto para a realização de operações transfronteiras como para a admissão à cotação no estrangeiro” (§ 5 do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho).

A emissão do Regulamento (CE) 1606/ 2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, impulsionou a convergência contabilística a nível internacional, uma vez que tornou obrigatória, a partir de 1 de Janeiro de 2005, a aplicação das IFRS na elaboração das contas consolidadas das empresas cotadas em bolsa, facultando aos Estados-Membros a escolha do modelo contabilístico a utilizar para os restantes casos.

A nível nacional é possível destacar dois grandes acontecimentos, que espelham a resposta de Portugal no alinhamento do normativo contabilístico português com as normas internacionais de contabilidade. O primeiro traduz-se na publicação do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, que veio permitir a adopção das IFRS na elaboração das contas consolidadas dos grupos não cotados e na elaboração das contas individuais das entidades incluídas na consolidação dos grupos (cotados e não cotados). O segundo resulta da publicação do Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de Julho, que aprova o SNC, o qual tem por base as normas internacionais do IASB, é compatível com as Directivas Comunitárias e tem em consideração o tecido empresarial português (criação da NCRF-PE, que atende às necessidades das empresas de menor dimensão e a

instituição de um regime especial simplificado das normas e informações contabilísticas aplicáveis às microentidades).

O objectivo deste trabalho centrou-se na identificação e análise do processo de transição das microentidades e das pequenas entidades para o novo referencial contabilístico, atendendo à aplicação da NC-ME e da NCRF-PE, respectivamente.

Na maioria das empresas estudadas, existiram sobretudo procedimentos de reclassificação, tanto no balanço como na demonstração de resultados. No balanço destacam-se os itens de financiamentos obtidos, diferimentos, outras contas a pagar e a receber e ainda ao nível dos subsídios do Governo. Por sua vez, na demonstração de resultados, a principal mudança ocorreu ao nível dos antigos resultados extraordinários, que passaram a estar incorporados nas contas de outros rendimentos e ganhos e de outros gastos e perdas. Em termos de procedimentos de desreconhecimento, evidenciou-se o caso das despesas de instalação, que deixaram de cumprir as condições de um activo intangível (devem ser reconhecidas como gasto quando incorridas) e também ao nível da conta 51 – Capital (apenas deverá constar o capital efectivamente realizado),

Neste sentido, os resultados obtidos indicam que as principais variações ocorreram no activo, no capital próprio e no resultado operacional. No entanto, importa salientar que o impacto destes ajustamentos de transição foi reduzido e nulo nalguns casos, não ocorrendo mudanças significativas na posição financeira e no desempenho financeiro das entidades analisadas.

A limitação deste estudo consistiu no facto da carteira de clientes da Protir ser constituída maioritariamente por microentidades e pequenas entidades, não permitindo averiguar com fiabilidade as principais alterações ocorridas nos itens das demonstrações financeiras das empresas que estão obrigadas a adoptar as NCRF.

Por último, é importante mencionar que a realização deste estágio preparou-me para uma nova fase da minha vida, ou seja, para o mercado de trabalho, sendo um importante contributo para a minha formação académica e profissional, enriquecendo-me também a nível pessoal.

Bibliografia

Ashbaug, H. and Pincus, M. (2001), Domestic accounting standards, international accounting standards, and the predictability of earnings, *Journal of Accounting Research*, Vol. 39, N° 3, pp. 417-434.

Aviso n.º 15654/2009, de 7 de Setembro (Relativo à normas contabilística e de relato financeiro para pequenas entidades)

Aviso n.º 15655/2009, de 7 de Setembro (Relativo às normas contabilísticas e de relato financeiro)

Aviso n.º 6726-A/2011, de 14 de Março (relativo à norma contabilística para microentidades)

Bianchi, M. (2009), *Processo preparatório de transição POC para NCRF/SNC: motivações e impactes*, Tese de Mestrado em Contabilidade, Universidade do Porto – Faculdade de Economia.

Callao, S., Jarne, J. and Laínez, J. (2007), Adoption of IFRS in Spain: Effect on the comparability and relevance of financial reporting, *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 16, pp. 148-178.

Código do imposto sobre os rendimentos das pessoas colectivas (CIRC)

Comissão de Normalização Contabilística, em <http://www.cnc.min-financas.pt/>

Committee of European Securities Regulators (2003), Recommendation for additional guidance regarding the transition to IFRS, *European regulation on the application of IFRS in 2005*, CESR/03-323e.

Cordeiro, R., Couto, G. and Silva, F. (2007), Measuring the impact of international financial reporting standards (IFRS) to financial information of Portuguese companies, *Revista Universo Contábil*, Vol. 5, Nº 1, pp.129-144

Costa, J. (2008), *O impacto da adopção das IAS/IFRS nas demonstrações financeiras das empresas cotadas na Euronext Lisboa*, Tese de Mestrado em Contabilidade, Universidade do Porto – Faculdade de Economia, Porto.

Daske, H., Hail, L., Leuz, C. and Verdi, R. (2008), Mandatory IFRS reporting around world: early evidence on the economic consequences, *Journal of Accounting Research*, Vol. 46, 5, pp. 1085-1142.

Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro (Relativo às contas anuais e às contas consolidadas de certas formas de sociedades, bancos e outras instituições financeiras e empresas de seguros).

Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho (Aprova o SNC)

Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março (aprovação do regime de normalização contabilística para microentidades; regime de normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo)

Ding, Y., Hope, O., Jeanjean, T. and Stolowy, H. (2005), *Differences between domestic accounting standards and IAS: measurement, determinants and implications*, HEC School of Management, Paris.

Guerreiro, M. (2006), Impacto da adopção das international financial reporting standards: factores explicativos do nível de informação divulgada pelas empresas portuguesas cotadas, Escola Superior de Tecnologia e Gestão – Instituto Politécnico de Viana do Castelo, *Contabilidade e Gestão*, n.º 3, pp. 7-32.

Hung, M. and Subramanyam, K. (2004), *Financial statement effects of adoption international accounting standards: The case of Germany*, University of Southern California, Los Angeles.

Institute of Chartered Accountants in England and Wales (2007), *EU Implementation of IFRS and the fair value directive*, Financial Reporting Faculty.

Kinsey, J., Jermakowicz, E. and Vongphanith, T. (2008), *Capital market consequences of european firm's mandatory adoption of IFRS*, University of Missouri, Columbia.

Lei n.º 20/2010, de 23 de Agosto (Alarga o conceito de pequenas entidades)

Lei n.º 35/2010, de 2 de Setembro (Simplificação das normas e informações contabilísticas das microentidades)

Lopes, P. e Viana, R. (2008), *The transition to IFRS: disclosures by portuguese listed companies*, Universidade do Porto – Faculdade de Economia, Porto.

Marques, M. (2007), O Justo Valor e sua Auditoria, *Revisões e Auditores*, pp. 20-32, Abr./Jun. 2007.

Nobes, C. and Parka, R. (1998), *Comparative international accounting*, 5th Ed, Prentice Hall, London.

Perramon, J. and Amat, O. (2006), *IFRS Introduction and its effect on listed companies in Spain*. Universitat Pompeu Fabra, Barcelona.

Programa Operacional de Potencial Humano, em <http://www.poph.qren.pt/>

Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, relativo à aplicação das normas internacionais de contabilidade.

Ribeiro, I. (2010), *Impacto das normas contabilísticas e de relato financeiro nas empresas portuguesas, de acordo com a percepção dos TOC's*, Tese de Mestrado em Contabilidade, Fiscalidade e Finanças Empresariais, Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior de Economia e Gestão.

Rodrigues, J. (2011), *Sistema de normalização contabilística Explicado*, 2.ª Edição, Porto Editora, Porto.

Santos, M. e Lopes, P. (2010), *A percepção dos profissionais de contabilidade sobre a adopção do sistema de normalização contabilística (SNC)*, Universidade do Porto – Faculdade de Economia, Porto.

Stenka, R., Ormod, P. and Chan A. (2008), *Accounting for business combinations – The consequences of IFRS adoption for UK listed companies*, University of Liverpool – The School of Management, Liverpool.